

Desconcentração regional e a expansão dos oligopólios financeiros na educação superior

Regional deconcentration and the expansion of financial oligopolies in higher education

Resumo

A concentração de matrículas em torno de poucas empresas do setor educacional é um fenômeno recente na organização da educação superior no Brasil. Essas empresas, caracterizadas como oligopólios financeiros, são compostas por bancos e fundos de investimento de capital aberto, que têm se expandido por meio de fusões e aquisições de instituições de ensino de menor ou igual porte. Com base em dados do Censo da Educação Superior de 2012 a 2022 e de relatórios administrativos das empresas, este artigo tem como objetivo analisar a expansão dos oligopólios nas regiões Norte e Nordeste e como sua atuação tem alterado o sentido e a lógica da oferta de educação superior nessas regiões. Os resultados mostram que a tendência de desconcentração regional tem forte relação com o crescimento significativo dos oligopólios nas áreas historicamente menos atendidas pelo sistema de educação superior.

Palavras-chave: Educação superior. Oligopólios financeiros. Desigualdade regional.

Abstract

The concentration of enrollments around a few companies in the education sector is a recent phenomenon in the organization of higher education in Brazil. These companies, characterized as financial oligopolies, are composed of banks and publicly traded investment funds that have been expanding through mergers and acquisitions of smaller or equally sized educational institutions. Based on data from the Higher Education Census from 2012 to 2022 and administrative reports from the companies, this article aims to analyze the expansion of oligopolies in the North and Northeast regions and how their operations have altered the meaning and logic of higher education offerings in these regions. The results show that the trend towards regional deconcentration is strongly related to the significant growth of oligopolies in historically underserved areas of the higher education system.

Keywords: Higher education. Financial oligopolies. Regional inequality.

Carolina Zuccarelli
Universidade Federal
Fluminense;
carolinazuccarelli@id.uff.br

**André de Holanda
Padilha Vieira**
Universidade Federal
Fluminense;
andrevieira@id.uff.br

Ana Priscila Carvalho
Universidade Federal
Fluminense;
decarvalho.apr@gmail.com

Introdução

As desigualdades regionais no Brasil têm sido historicamente um dos maiores desafios para os desenvolvimentos econômico e social do país. Enquanto regiões como o Sudeste e o Sul apresentam níveis mais elevados de industrialização e infraestrutura, outras, como o Norte e o Nordeste, ainda sofrem com a falta de investimentos e baixos índices de desenvolvimento humano. Nesse contexto, políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades tornam-se fundamentais para a distribuição mais igualitária de benefícios econômicos, sociais e educacionais entre todas as áreas do país.

É nesse cenário que a desconcentração regional se destaca como uma estratégia fundamental para redistribuir de forma mais equilibrada os desenvolvimentos econômico e social do país. O processo envolve políticas públicas que incentivam investimentos, a criação de infraestrutura e a diversificação da economia em regiões tradicionalmente periféricas, buscando equilibrar a concentração de recursos e oportunidades em regiões já mais desenvolvidas.

No campo educacional, as políticas públicas de desconcentração regional costumam girar em torno da interiorização da oferta e em regiões com maior déficit educacional. É o que vimos acontecer com a expansão do acesso à educação superior a partir da década de 1990, que beneficiou todas as regiões do país, mas em ritmo mais acentuado no Norte e no Nordeste, as regiões que apresentam, tradicionalmente, os piores índices econômicos e sociais (Diniz e Vieira, 2015). De acordo com Vinhais (2013), essa estratégia faz parte de uma política de Estado que combina políticas de crescimento econômico com políticas de distribuição. Daí que as políticas de expansão e interiorização do acesso à educação superior são pensadas, especialmente na primeira década do século XXI, em termos de redistribuição social das oportunidades. A renovada atenção a esse problema decorre do fato de que a educação superior no Brasil entrou em uma nova fase.

A concentração de matrículas em torno de poucas companhias do setor educacional é um fenômeno recente na organização da educação superior no Brasil. Desde meados dos anos 2000, em função de mudanças normativas e regulatórias, essas companhias passaram a se organizar de acordo com quatro movimentos entrecruzados que reconfiguraram a estrutura da educação superior privada no

Brasil (Zuccarelli, Vieira, Mendonça, 2025): (i) abertura de capitais na bolsa de valores, (ii) fusões e aquisições de instituições de educação superior, (iii) do amplo acesso ao fundo público de financiamento estudantil e (iv) investimento em recursos pedagógicos que usam ferramentas on-line e inteligência artificial. São oligopólios financeiros que adotam estratégias de mercado em busca da maximização do lucro de seus acionistas, operando em função dos dados apresentados em relatórios obrigatórios para empresas de capital aberto.

Oligopólios porque são estruturas caracterizadas pela presença de empresas concentradoras de mercado, muitas das quais compartilham investidores institucionais, que passam a atuar de forma articulada na colocação de seus capitais em mais de um grupo educacional. Uma das principais estratégias de expansão de mercado dos oligopólios é a realização de fusões e aquisições com outras empresas, além da entrada em novos mercados com potencial de crescimento. Há, no entanto, um limite para as fusões e aquisições. A preservação do sistema capitalista é central para médios e grandes capitais, o que faz, por sua vez, que a classe capitalista busque preservar alguma descentralização e competição entre os capitais. Em outros termos, apoiam a centralização até o limite do oligopólio, ou seja, até que reste um número mínimo em cada mercado. Surge, assim, uma elite de grandes empresas, competidoras e/ou complementares (Singer, 1998), que tem elevado a concentração no setor e ampliado o grau de internacionalização das empresas educacionais. O processo é sustentado com recursos seguros da dívida pública interna, um dos eixos da acumulação rentista (Lavinas e Gentil, 2018).

Financeiros porque atuam no mercado acionário e tem como modelo a gestão da dívida pública interna, concentrada nos bancos, fundos de investimento e pensão. A financeirização é entendida nesta pesquisa como um padrão sistêmico de organização da riqueza que afeta todo o sistema econômico. Sistêmico porque está no centro do processo de acumulação de capital, influenciando diretamente as decisões dos capitalistas sobre como maximizar o valor de seus investimentos. A riqueza é medida pela posse de ativos financeiros e a sua gestão segue uma lógica financeira, na qual as principais decisões são guiadas pelos mercados. A geração de riqueza ocorre por meio da valorização e da revalorização contínua desses ativos, baseada nos fluxos de renda futura que eles podem gerar (Martins, 2024). Marx já havia

identificado, em sentido restrito, os elementos mais básicos da financeirização, mas é a dimensão que as finanças assumem sobre as reproduções econômica e social que dão projeção ao fenômeno. Não nos deteremos em uma discussão teórica sobre o tema, porque estamos interessados em tratar dos aspectos empíricos da financeirização¹.

As consequências da concentração do sistema em grupos que precisam responder a pressões provindas do mercado acionário envolvem uma série de questões, que vão desde o próprio valor das credenciais de nível superior, até o debate sobre qualidade do ensino, precarização da mão de obra docente, investimento em ciência e tecnologia, e inclusão social. Neste texto, nos deteremos nas mudanças observadas no perfil da oferta, especialmente considerando a expansão para as regiões Norte e Nordeste.

As regiões Norte e Nordeste do país passaram a entrar no radar porque apresentam menor oferta global de cursos de graduação, menores taxas líquidas de escolarização e baixa proporção de pessoas com diploma de graduação quando comparadas com as demais regiões do país (Brasil, 2024). Estudos anteriores mapearam que as regiões Norte e Nordeste foram as mais beneficiadas pela expansão da educação superior, ainda que os índices educacionais permaneçam mais baixos quando comparados com outras regiões (Diniz e Vieira, 2015; Vieira, Zuccarelli e Honorato, 2022) e que a expansão dessas vagas ocorreu em função do avanço do segmento privado (Ferreira, Moraes e Oliveira, 2021), em cursos na modalidade a distância (Brito e Guimarães, 2017). No entanto, pouco se sabe sobre como a ampla presença dos oligopólios financeiros tem alterado o perfil da oferta e, por sua vez, as desigualdades regionais.

Na direção de compreender como a atuação dos oligopólios financeiros tem transformado o sentido e a lógica da oferta de educação superior, este artigo tem como objetivo analisar a expansão dos oligopólios e apresentar as suas estratégias de crescimento em direção às regiões Norte e Nordeste do país. A nossa hipótese é que essa é uma das direções encontradas para garantir acesso a um mercado em expansão. Para tanto, descrevemos a expansão das matrículas em cursos de graduação entre 2012 e 2022, utilizando dados administrativos do Censo da Educação Superior (Censup/Inep), combinados a tabelas de Instituições de Ensino Superior

¹Para uma discussão teórica pormenorizada sobre financeirização, ver Lavinas *et al.* (2024).

(IES) e mantenedoras produzidas pelos grupos empresariais privados e do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC). As estratégias de expansão e justificativas são analisadas com base nos relatórios trimestrais divulgados nas páginas eletrônicas das empresas.

1 Dados e métodos

A análise da expansão das matrículas por oligopólio e região tem como base principal os cadastros dos cursos de graduação e das IES dos microdados públicos do Censo da Educação Superior (Censup/Inep), dos anos de 2012 e 2022. Entretanto, uma vez que esses dados não identificam as mantenedoras e IES que pertencem a um mesmo conglomerado privado, recorremos a duas fontes complementares: (i) listagens e tabelas de mantenedoras apresentadas pelos oligopólios em seus sites oficiais (Afya, 2024; Ânima Educação, 2024; Cogna Educação, 2024; Cruzeiro do Sul, 2024; Ser Educacional, 2024; Vitru Educação, 2024; Yduqs, 2024); e (ii) dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC) (CADASTRO e-MEC, 2024), que contém informações sobre transferências de mantenedoras e de IES mantidas, além de dados como a razão social ou a sigla da mantenedora e total de IES em atividade ou extintas.

Por meio da combinação dessas três fontes de dados, foi possível identificar as IES e mantenedoras associadas a um mesmo grupo privado para as regiões e anos analisados. A Tabela 01 apresenta o número de mantidas e mantenedoras dos oligopólios, por região e ano. Identificamos sete grupos empresariais convergentes com a definição adotada de oligopólios financeiros: Afya, Ânima, Cogna, Cruzeiro do Sul, Ser Educacional, Yduqs e Vitru. Combinadas, como veremos, essas empresas respondiam por pouco mais da metade (50,1%) das matrículas dos cursos de graduação em 2022. Havia 10.754 cursos a distância sem a informação de unidade da federação do local de oferta na base do Censup/Inep, com um total de 2.826 matrículas em 2022 (0,06% do total das matrículas EaD) e nenhuma em 2012. Esses casos foram excluídos da análise.

Tabela 01 – Número de IES e mantenedoras dos oligopólios por região (2012-2022).

Região geográfica	Número de IES		Número de mantenedoras	
	2012	2022	2012	2022
Centro-Oeste	15	68	12	38
Nordeste	37	146	22	68
Norte	10	76	9	51
Sudeste	33	155	19	53
Sul	9	82	7	40
Não informado	3	57	3	46
Total	107	584	72	296

Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados do Censup/Inep (2012-2022), Cadastro e-MEC (2024), listas e tabelas de mantenedoras (Afya, 2024; Ânima Educação, 2024; Cogna Educação, 2024; Cruzeiro do Sul, 2024; Ser Educacional, 2024; Vitru Educação, 2024; Yduqs, 2024).

A descrição da expansão de matrículas pelos oligopólios nas regiões Norte e Nordeste entre 2012 e 2022 foi feita por meio do campo de quantidade de matrículas do Censup/Inep e considerando-se os cursos de graduação. As contagens de matrículas são apresentadas tanto de forma agregada por oligopólio quanto desagregada por características do local de oferta do curso de graduação: unidade da federação, modalidade de ensino (a distância e presencial), grau acadêmico (bacharelado, licenciatura e tecnológico) e área geral do curso, conforme adaptação da Classificação Internacional Normalizada da Educação (Cine/Unesco). Nos resultados, comparamos os números dos oligopólios com aqueles das demais IES privadas com fins lucrativos (CFL), privadas sem fins lucrativos (SFL) e públicas. Para fim de visualização dos dados, as contagens das matrículas das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste são apresentadas sempre de forma agregada.

As estratégias de expansão e justificativas para a sua adoção por cada oligopólio são apresentadas nos relatórios trimestrais divulgados nas páginas eletrônicas das empresas. Os relatórios trimestrais são documentos obrigatórios para empresas com capital aberto em bolsa de valores. Neles estão as principais estratégias e movimentações financeiras das empresas. Para este estudo utilizamos os dados dos relatórios das empresas desde 2012, considerando aquelas com capital aberto nesse período: Cogna (2007), Yduqs (2007), Ser Educacional (2013), Ânima (2013), Afya (2019), Vitru (2020) e Cruzeiro do Sul (2021). Como são períodos distintos de abertura de capital, há limitações no levantamento dos dados, o que não impede a análise na medida em que os relatórios recentes também informam sobre os planos de expansão.

2 O papel dos oligopólios financeiros na redução das desigualdades regionais

As desigualdades regionais no Brasil são uma característica marcante do desenvolvimento socioeconômico do país, tendo sido fenômeno amplamente estudado pela produção acadêmica nacional. Desde a célebre teoria da industrialização apresentada por Celso Furtado (1964), passando pelas análises sobre o efeito de recursos naturais ou educacionais, as tentativas são de entender os mecanismos por trás da produção e da reprodução das desigualdades regionais.

A relevância da redução das desigualdades regionais pode ser medida pelas políticas públicas levadas a cabo nos últimos vinte anos. O Plano Nacional de Educação (PNE), por exemplo, indica que a indução da expansão da educação superior deve buscar reduzir as desigualdades de acesso, de modo a eliminar a assimetria regional. Nessa direção, uma das metas do atual PNE (2014-2024) é aumentar a taxa bruta de matrícula (TBM)² para 50% da população de 18 a 24 anos. Ainda que tenha havido evolução do total da população de 18 a 24 anos (denominador do indicador) e do total de pessoas que frequentam a educação superior no país (numerador do indicador), de acordo com relatório do 5º ciclo de monitoramento do PNE (Brasil, 2024), observa-se uma permanência das desigualdades ao longo da série histórica. Sudeste (44,4%), Sul (47,7%) e Centro-Oeste (47,1%) seguem apresentando as taxas de acesso educacional mais elevadas em comparação com as regiões Norte (34,4%) e Nordeste (32,0%).

A taxa líquida de matrícula (TLM)³ acompanha as desigualdades observadas na TBM, com o Norte (21,7%) e o Nordeste (20,5%) alcançando, em 2023, patamares inferiores de acesso à educação superior para a população de 18 a 24 anos, comparados ao Sudeste (28,6%), ao Sul (29,7%) e ao Centro-Oeste (30,4%). No entanto, no caso da TLM, foi constatada uma diminuição absoluta das desigualdades regionais, com as regiões Norte (8,6 p.p.) e Nordeste (7,6 p.p.), apresentando o maior

²A taxa bruta de matrícula é o percentual de estudantes matriculados, independentemente de sua idade, em relação à população total de uma faixa etária considerada como a idade ideal para frequentar o ensino superior (18 e 24 anos). O seu cálculo é feito da seguinte maneira: $TBM = (\text{Número total de estudantes matriculados no ensino superior} / \text{População total de 18 a 24 anos}) \times 100$.

³A taxa líquida de matrícula refere-se ao percentual de estudantes matriculados que estão dentro da faixa etária considerada ideal para frequentar o ensino superior (18 a 24 anos) em relação à população total dessa mesma faixa etária. O seu cálculo é feito da seguinte maneira: $TLM = (\text{Número de estudantes de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior} / \text{População total de 18 a 24 anos}) \times 100$.

crescimento ao longo da série histórica, superando o Sudeste (6,2 p.p.), o Sul (4,3 p.p.) e o Centro-Oeste (4,6 p.p.). Provavelmente, a diminuição se deu porque são regiões que saem da patamares mais baixos de acesso à educação superior, mas também é importante notar que, em termos relativos, houve diminuição das desigualdades, com as regiões Norte (65,2%) e Nordeste (59,0%) expandindo o acesso ao ensino superior para jovens de 18 a 24 anos, em um ritmo duas vezes superior ao observado no Sudeste (27,5%), no Sul (16,8%) e no Centro-Oeste (18,0%) (Brasil, 2024).

Estudos anteriores já haviam mapeado a melhora no acesso à educação superior no país, especialmente nas regiões com piores índices educacionais. Ferreira, Moraes e Oliveira (2021) mostram que a melhora observada para as regiões Norte e Nordeste se deu em função do avanço do segmento privado, enquanto Brito e Guimarães (2017) mostram que essa expansão ocorreu em função do crescimento da educação a distância (EaD), especialmente para a região Nordeste.

Considerando a consolidação dos oligopólios financeiros no sistema de ensino superior e a expansão das matrículas para as regiões Norte e Nordeste, cabe questionar em que medida a ampla presença dos oligopólios educacionais contribuiu para a tendência de desconcentração regional observada em termos de número de matrículas. O que mudou no acesso à educação superior e no perfil da oferta é o que passamos a tratar a seguir.

As mudanças na distribuição de matrículas entre as regiões brasileiras na última década apontam para movimentos complementares de crescimento exponencial dos oligopólios em todas as regiões e retração quase generalizada, em termos absolutos ou relativos, das demais categorias de instituições de ensino superior (IES) privadas e setor público. Entre 2012 e 2022, a quantidade de matrículas dos grupos de capital aberto multiplicaram-se por cinco vezes, passando de 10,7% para quase metade (42,1%) do total do sistema. A voracidade expansionista desses grupos foi acompanhada por um expressivo declínio, sobretudo, do segmento sem fins lucrativos (37,7%) e, em bem menor proporção, das demais IES com fins lucrativos (2,4%). A comparação com o setor público reforça o quadro de consolidação de um modelo institucional de ensino superior altamente concentrada e orientada para o mercado (Dobbins e Knill, 2017): enquanto os oligopólios dobraram de tamanho a cada dois anos em toda a década, as matrículas

nas públicas aumentaram 15,6%, o que fez com que a sua participação relativa caísse de 25,1% para um quinto do sistema.

A ampliação da oferta dos oligopólios nos últimos dez anos aponta para uma tendência de desconcentração regional, com avanço sobretudo para as regiões Sul e Norte, contrastando com o observado nas demais categorias de IES. A Tabela 02 mostra os totais de matrículas e a sua distribuição percentual (entre parênteses) entre as categorias de IES dentro de cada região em 2012 e 2022. Com exceção das demais IES com fins lucrativos nas regiões Norte e Sul (aumentos de 18,4% e 2,4%, respectivamente), vimos uma queda relativa generalizada das matrículas do setor privado em todas as regiões – merece menção o declínio de 61,4% das matrículas das sem fins lucrativos na região Norte, o maior registrado. Em paralelo, o setor público aumentou, ainda que modestamente, a sua participação relativa nas regiões Sudeste (1 pp.) e Centro-Oeste (0,8 pp.), nas quais exibiu maior ampliação das matrículas. De algum modo, espelhando o movimento das IES sem fins lucrativos, o segmento público encolheu de tamanho na região Norte, com queda de 10,4%.

Assim como em análises agregadas, a magnitude das variações regionais observadas nos oligopólios desloca a análise para outra escala. Na última década, o número de matrículas sob controle desses grupos saltou impressionantes 12 vezes na região Sul e sete vezes na região Norte. Ainda que notadamente menores nas demais regiões, os aumentos foram sempre superiores a 300%. Em contraste com as demais categorias de IES, o crescimento dos oligopólios foi mais disperso em termos regionais, como ilustra o caso da região Sudeste: foi responsável por 40,2% do crescimento no período entre os oligopólios, contra 71,1% no setor público. Como resultado desses movimentos, a oferta de educação superior nas regiões deixou de ser alternadamente dominada pelas IES sem fins lucrativos e pelo setor público, como era o quadro em 2012, para ser invariavelmente controlada pelos oligopólios uma década depois. A força desses grupos é ligeiramente maior na região Norte (45,8%) do que nas demais, notadamente a região que registrou encolhimento tanto do setor público quanto das IES sem fins lucrativos.

Tabela 2 – Número e percentual de matrículas por grupo ou categoria administrativa, região e ano (Brasil, 2012-2022).

Região	Oligopólios	Privada CFL	Privada SFL	Pública	Total
2012					
Centro-Oeste	79855 (11.9)	193392 (28.9)	240556 (35.9)	148663 (22.2)	669966 (9,5)
Nordeste	196342 (13.6)	422371 (29.4)	266242 (18.5)	552194 (38.4)	1438694 (20,4)
Norte	45849 (8.4)	161281 (29.5)	117363 (21.5)	221263 (40.5)	546577 (7,7)
Sudeste	372094 (11.5)	747512 (23.1)	1513845 (46.8)	580040 (17.9)	3237696 (45,9)
Sul	61993 (5.3)	312065 (26.8)	429506 (36.9)	273199 (23.4)	1165151 (16,5)
Total	756133 (10,7)	1836621 (26,0)	2567512 (36,4)	1775359 (25,1)	7058084 (100)
2022					
Centro-Oeste	351865 (41.6)	170074 (20.1)	129572 (15.8)	194808 (23)	846319 (9,0)
Nordeste	850273 (42.2)	401479 (19.9)	161493 (8)	588169 (29.2)	2012721 (21,3)
Norte	366316 (45.8)	190881 (23.8)	45294 (5.7)	198180 (24.8)	800671 (8,5)
Sudeste	1666736 (40.5)	708832 (17.2)	951562 (23.1)	776706 (18.9)	4115218 (43,6)
Sul	739823 (44.4)	319572 (19.2)	311297 (18.7)	293716 (17.6)	1666393 (17,6)
Total	3975267 (42,1)	1792001 (19,0)	1600127 (16,9)	2051579 (21,7)	9444148 (100)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados do Censup/Inep (2012-2022).

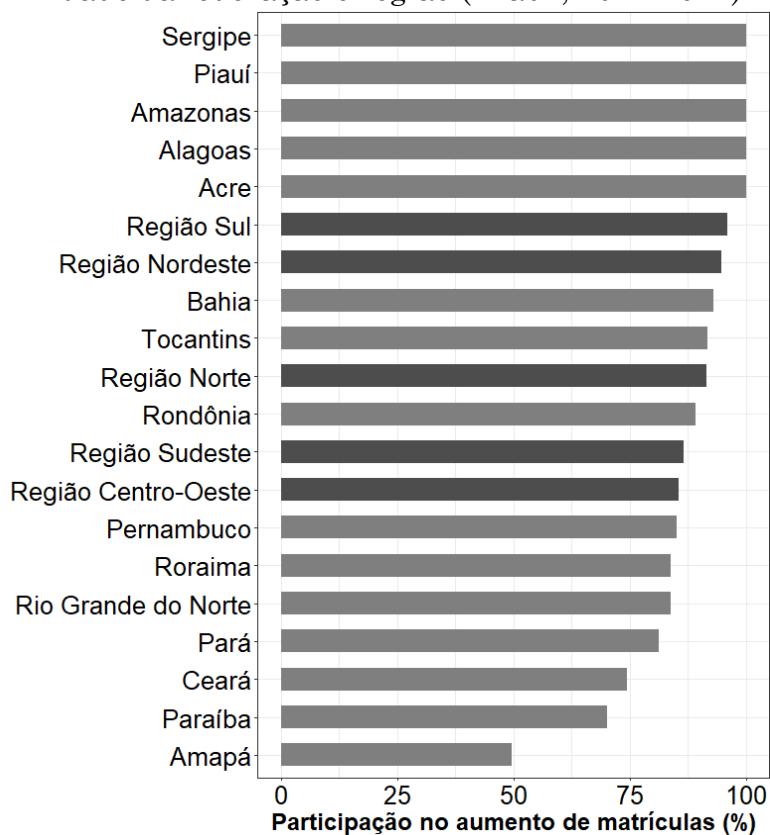
Nota: As IES da categoria administrativa “Especial” foram retiradas da tabela, mas foram consideradas para o cálculo dos percentuais. Em 2022, havia 2.826 matrículas sem informação de região.

A ampliação da oferta de matrículas de graduação na última década foi, quase inteiramente (90,5%), responsabilidade dos oligopólios, especialmente estimulados por sucessivas mudanças regulatórias e mecanismos de financiamento⁴. A Figura 01 mostra a participação percentual dos oligopólios no aumento das matrículas por unidade da federação das regiões Norte e Nordeste e no agregado das demais regiões entre 2012 e 2022. Em cinco estados, dois no Norte (Acre e Amazonas) e três no Nordeste (Alagoas, Piauí e Sergipe), os oligopólios foram responsáveis por todo o aumento observado nas matrículas de graduação. Nenhuma outra unidade da federação apresentou esse comportamento. Entre os dez estados com o maior percentual, apenas dois (Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, não exibidos no gráfico) são de outras regiões. No agregado das regiões, o Norte e o Nordeste ficam

⁴Para uma análise detalhada dos marcos legais e dos mecanismos de financiamento que favoreceram a expansão dos oligopólios de ensino, ver Scudeler (2022).

atrás apenas da região Sul, com participação dos oligopólios no crescimento das matrículas de 94,8% e 91,5%, respectivamente.

Figura 1 – Participação percentual dos oligopólios no aumento das matrículas por unidade da federação e região (Brasil, 2012-2022)

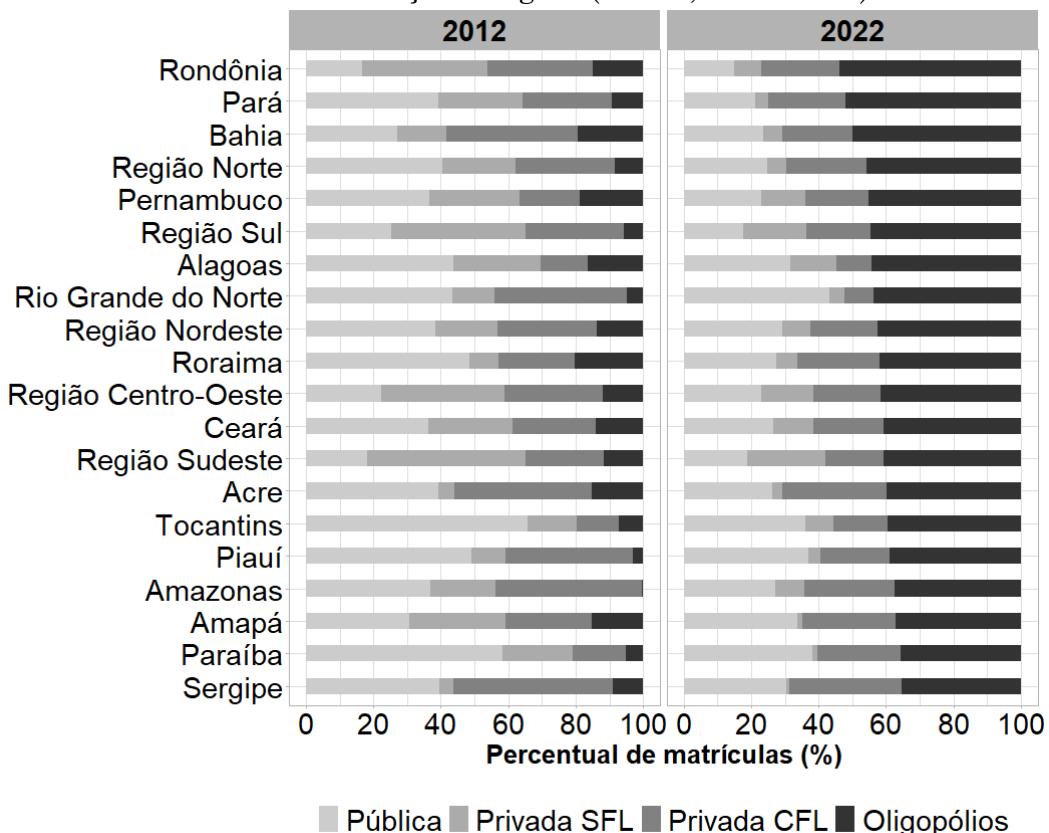


Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados do Censup/Inep (2012-2022).

O forte retraimento do segmento sem fins lucrativos e do setor público na região Norte, em paralelo ao robusto crescimento dos oligopólios, fez com que essa região tivesse o maior percentual de matrículas nesses grupos em 2022 (45,8%). A região é seguida pelo Sul (44,4%) e pelo Nordeste (42,5%). A Figura 2 apresenta a distribuição de matrículas entre as categorias de IES em 2012 e 2022, exibindo de forma desagregada apenas os estados do Norte e do Nordeste. Os estados estão ordenados pelo percentual dos oligopólios em 2022. Os dados ilustram de forma distintas o forte crescimento dos grupos de capital aberto, sobretudo, na região Norte: (i) os dois estados que apresentaram a maior variação relativa no percentual das matrículas dos oligopólios foram Amazonas (100 vezes) e Piauí (12 vezes); (ii) dois estados (Rondônia e Pará) têm percentuais de matrículas nesses grupos (53,9% e 52,0%,

respectivamente) superiores aos de outros estados que possuíam participação relevante já em 2012 (como Mato Grosso e Rio de Janeiro); (iii) estados do Nordeste em que os oligopólios já tinham participação relativamente alta em 2012, como Bahia e Pernambuco, continuaram entre aqueles com maior percentual uma década depois.

Figura 2 – Participação percentual dos oligopólios no aumento das matrículas por unidade da federação e região (Brasil, 2012-2022).



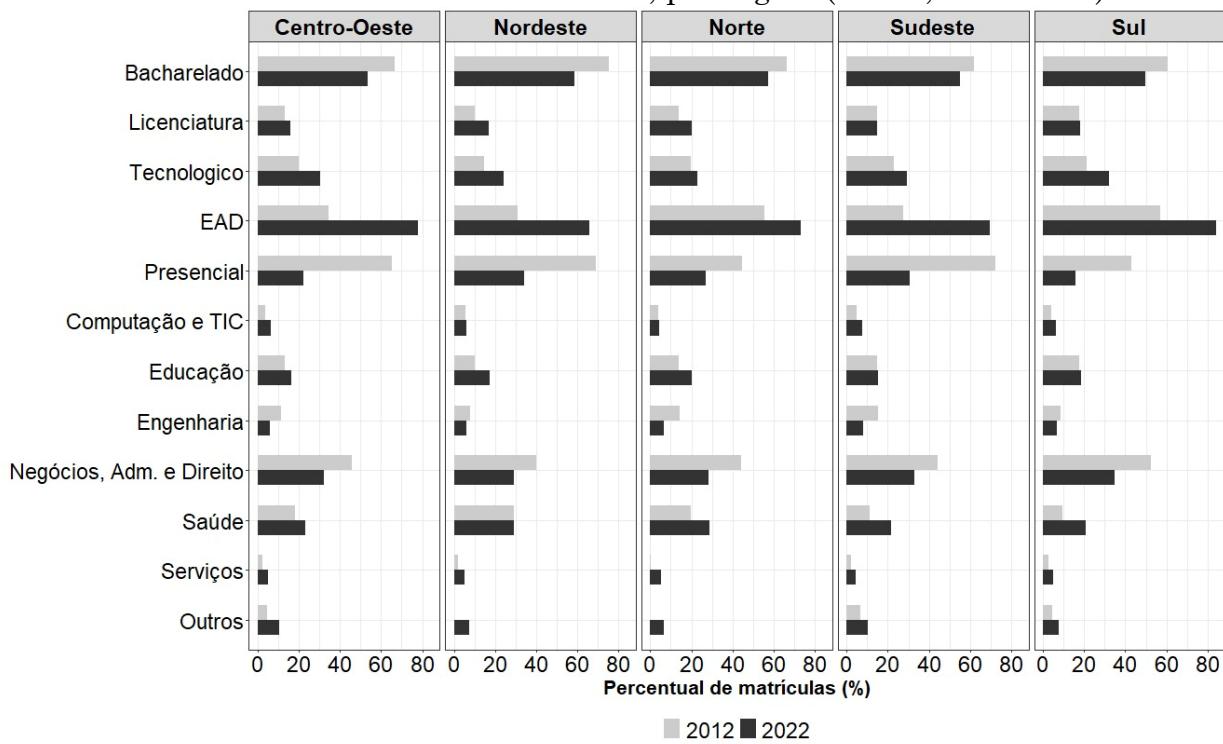
Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados do Censup/Inep (2012-2022).

A expansão da oferta de ensino de graduação pelos grupos de capital aberto, ainda que tenha sido modulada entre as regiões, seguiu de modo geral a preferência por um número limitado de segmentos: cursos tecnológicos e de licenciatura, na modalidade a distância e concentrados nas áreas de Educação e Saúde e Bem-Estar. Na Figura 3, vemos o percentual de matrículas dos oligopólios nas regiões, de acordo com a modalidade, o grau acadêmico e a área de curso, em 2012 e 2022.

Embora o número de matrículas em cursos de bacharelado tenha aumentado substancialmente na última década, terminando com mais da metade das matrículas totais em todas as regiões, exceto o Sul (49,7%), o seu crescimento relativo foi bastante

tímido quando comparado aos demais graus: ainda que tenha quadruplicado de tamanho, a licenciatura aumentou, em média, sete vezes, e os tecnológicos, oito. Os maiores incrementos relativos entre as regiões foram observados nos cursos tecnológicos e licenciaturas no Sul (17 e 12 vezes, respectivamente) e licenciaturas no Norte (12 vezes). Em termos de aumento na participação dos graus acadêmicos entre as matrículas, as regiões Nordeste e Norte foram aquelas em que os oligopólios mais ampliaram a participação das licenciaturas (69,4% e 45,0%, respectivamente), e o Nordeste, aquela em que mais ampliaram a presença dos tecnológicos (64,9%), saltando de 14,7% para 24,2%.

Figura 3 – Percentual de matrículas dos oligopólios por grau acadêmico, modalidade de ensino e área de curso, por região (Brasil, 2012-2022).



Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados do Censup/Inep (2012-2022).

Embora as áreas gerais de cursos de graduação priorizadas pelos oligopólios na expansão de matrículas tenham variado pouco entre as regiões, há discrepâncias relevantes na magnitude das mudanças. Considerando apenas as áreas com percentual relevante de matrículas (10% ou mais, em 2012), vemos que aquelas que mais aumentaram a sua participação regional foram as de Saúde e Bem-Estar no Sul (113%) e no Sudeste (89,8%) e Educação na região Nordeste (72,3%). Por outro lado, houve uma redução generalizada do percentual de matrículas em Negócios,

Administração e Direito (entre 25,1% no Sudeste e 36,2% no Norte) e Engenharia (de 23,6% no Sul a 55,8% no Norte). As combinações entre as categorias de cursos reforçam o sentido da expansão dos oligopólios entre as regiões: domínio das licenciaturas EaD no Norte, no Sul e no Nordeste (com cerca de um quinto das matrículas em cada), acompanhadas pelos cursos tecnológicos de Negócios a distância no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste (liderando nestas últimas) e bacharelados de Saúde EaD no Norte e no Nordeste⁵.

Os oligopólios financeiros ampliaram a oferta de graduação a distância, pelo menos, duas vezes mais rapidamente do que a presencial em todas as regiões do país na última década. No entanto, a diferença de ritmo entre as modalidades também é bastante heterogênea entre as regiões: foi de 18 vezes na região Centro-Oeste, a maior distância entre as modalidades, e de 2,5 no Norte – a região Nordeste ocupou posição intermediária, com as matrículas em EaD aumentando 7,2 vezes mais rapidamente do que as do presencial. As regiões Sul e Sudeste foram aquelas em que os oligopólios mais expandiram a sua base de matrículas a distância, que foi ampliada 18 vezes e 11 vezes, respectivamente. Como resultado de um crescimento com tamanha força, a modalidade EaD termina a série histórica correspondendo a 84,3% das matrículas de graduação no Sul (6 pp. a mais do que o segundo colocado, o Centro-Oeste). Por outro lado, as regiões Nordeste e Norte são aquelas em que os oligopólios tinham os menores percentuais de matrículas em EaD em 2022 (ainda assim, 66,0 e 73,0%, respectivamente), deixando de figurar entre as regiões com a maior prevalência dessa modalidade.

A variação regional na velocidade de expansão da educação a distância indica que as regiões Norte e Nordeste, que tiveram o maior aumento proporcional no número de matrículas, não foram aquelas com maior investimento em EaD, pelo menos para os oligopólios financeiros. Como explicar, então, a desconcentração regional a partir da atuação dos oligopólios? É o que passamos a tratar na seção a seguir.

3 Estratégias de expansão para o Norte e o Nordeste

Os oligopólios financeiros reservam lógicas bastante heterogêneas de atuação que os distinguem em termos de número de matrículas, modalidades de ensino,

⁵Resultados não apresentados, mas disponíveis sob solicitação.

percursos formativos e área geral do curso. Considerando a sua localização na distribuição das matrículas e na oferta de ensino a distância, os oligopólios podem ser organizados em dois grupos: o primeiro reúne um alto número de estudantes com concentração de matrículas em cursos EaD e o segundo reúne um menor número de estudantes e de matrículas EaD quando comparadas com as gigantes do setor. No primeiro grupo estão Vitru, Cogna e Yduqs, enquanto no último encontramos Cruzeiro do Sul, Ânima, Ser Educacional e Afya (Tabela 03).

Em diálogo com as suas estratégias de mercado, as lógicas heterogêneas dos oligopólios continuam quando se trata da expansão das matrículas. A partir da leitura dos relatórios administrativos divulgados pelas empresas desde 2012, foi possível observar que todas têm interesse na expansão para as áreas menos atendidas pela educação superior, embora as singularidades de cada grupo em termos de mercado e capacidade de investimento as distingam quanto a sua presença.

Dentre os oligopólios, a Ser Educacional é a única com origem no Nordeste. O grupo iniciou a sua trajetória em 1994, quando Janguiê Diniz, então Procurador do Trabalho de Pernambuco, fundou o Bureau Jurídico Cursos para Concursos. Processo tradicional de formação das instituições de ensino, a origem como colégios e cursos preparatórios marca a formação de muitos dos oligopólios que hoje se constituem a partir da presença de bancos e fundos de investimento.

A abertura de capital da Ser Educacional aconteceu em 2013, quando o grupo possuía 76 mil matrículas e buscava outras vias de expansão. Passados quase 10 anos, a empresa passou a contar com, aproximadamente, 260 mil alunos em 2022. Com um discurso de ser um grupo originalmente do Nordeste, a análise dos relatórios mostrou o plano de aumento de sua penetração nas regiões metropolitanas das capitais, mas também de cidades do interior das regiões Norte e Nordeste. Com estratégias de aquisição de empresas menores e aumento de unidades nas cidades do interior, o grupo se destaca por ser a marca mais relevante do ensino superior privado das regiões Norte e Nordeste. Os dados da Tabela 03 mostram que esta é a empresa com o maior número proporcional de matrículas nessas regiões, tanto no ensino presencial quanto no ensino a distância.

Tabela 3 – Número e percentual de matrículas por oligopólio, região e modalidade de ensino (Brasil, 2022).

Ensino a distância 2022						
Oligopólio	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Afyá	0	3	265	8.150	160	8578 (12.3)
Ânima	2.254	28.387	1.013	113.502	21.113	166.269 (37.9)
Cogna	86.220	149.547	73.124	321.958	138.586	769.435 (79.2)
Cruzeiro do Sul	18.929	22.997	9.331	162.051	35.453	248.761 (64.9)
Ser Educacional	9.022	48.864	27.101	15.230	18.743	118.960 (46.1)
Vitru	106.967	202.714	122.271	277.329	368.583	1.077.864 (98.1)
Yduqs	50.134	108.422	34.181	259.893	40.755	493.385 (65.5)
Ensino presencial 2022						
Oligopólio	Centro-oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
Afyá	0	18.108	17.080	23.219	2.503	60.910 (87.7)
Ânima	3.959	62.102	1.153	163.980	41.630	272.824 (62.1)
Cogna	44.142	35.958	4.972	97.731	19.574	202.377 (20.8)
Cruzeiro do Sul	16.271	10.125	0	87.300	20.823	134.519 (35.1)
Ser Educacional	750	85.054	43.287	9.965	23	139.079 (53.9)
Vitru	139	0	0	29	21.201	21.369 (1.9)
Yduqs	13.078	77.992	32.538	126.399	10.176	260.183 (34.5)

Fonte: Elaboração própria, a partir dos microdados do Censup/Inep (2012-2022).

Outro grupo que apresenta em seus relatórios as estratégias de expansão para as regiões é a Yduqs. Criada na década de 1970 pelo juiz aposentado João Uchôa como Faculdade Estácio de Sá, a empresa iniciou as suas atividades na bolsa de valores em 2007, período em que contava com pouco mais de 100 mil estudantes em cursos presenciais. Passando a investir na estratégia de aquisições de instituições e do investimento em cursos a distância, a empresa hoje tem *campi* espalhados por todos os estados das regiões Norte e Nordeste (Yduqs, 2024). Na mesma linha de fusões e aquisições, a Yduqs já colocava em seu relatório de 2012 que a compra de instituições em João Pessoa (PB) e São Luís (MA), os colocava na “posição de instituição de ensino superior privado líder na região Nordeste” (Yduqs, 2012).

Na busca por mercado na região Norte, a empresa adquiriu em 2016 as Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. se tornando, segundo eles, “a maior

instituição de ensino superior privado do Pará na modalidade presencial”. Ainda neste ano, a empresa realiza um movimento de expansão para a Bahia, adquirindo a Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant’Ana Ltda., que possibilitou um agregado de cursos na área de saúde, como Enfermagem, Biomedicina, Fisioterapia, Nutrição e Radiologia, “identificado como sendo de alta demanda pelo mercado de trabalho na região” (Yduqs, 2016).

O crescimento em cursos da área de saúde foi uma das formas encontradas pela Yduqs para aumentar a sua participação no mercado educacional. Com baixa evasão e mensalidade alta, são cursos que passam a despertar interesse das empresas em busca da diversificação da oferta. Assim, em 2020 a Yduqs adquiriu o Athenas Grupo Educacional e suas cinco instituições localizadas no Rio Branco (AC), JiParaná (RO), Rolim de Moura (RO) e Pimenta Bueno (RO), todas com potencial de vagas para o curso de medicina. A Yduqs chegou em 2022 com, aproximadamente, 110 mil estudantes em cursos presenciais e 140 mil em cursos a distância nas regiões Norte e Nordeste (Tabela 03).

Em meados dos anos 2010, enquanto a Yduqs já se destacava pela participação nas regiões com menor atendimento de matrículas na educação superior, a Cogna apresentava alto volume de operações nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o que a levou a fazer uma oferta de compra para a Yduqs em 2016. A tentativa de fusão entre as empresas não foi adiante por conta da reprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que usou como argumento se tratar de uma operação com potencial de gerar “sobreposição horizontal” em diversos segmentos do mercado da educação superior, ou seja, uma operação com potencial de favorecer a formação de oligopólios (Cade, 2016).

A Cogna é uma das principais empresas com oferta de educação a distância. Para sustentar sua estratégia de negócio e o crescimento para as regiões Norte e Nordeste, a empresa passou a investir na aquisição de instituições de pequeno e médios portes, como a compra de IES em Bacabal (MA), Vitória da Conquista, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães, Jequié, todas no estado da Bahia, “reforçando a atuação da Companhia na região Nordeste do país” (Cogna, 2017). A baixa capilaridade presencial da empresa se reflete no menor número de estudantes

no ensino presencial nas regiões – aproximadamente 41 mil – enquanto na EaD são 222 mil estudantes matriculados em 2022.

Na frente da Cogna em termos de matrículas em educação a distância está a Vitru, responsável por aproximadamente 20% do mercado nacional de EaD. Uma de suas marcas, a Uniasselvi, tem ampla presença nas regiões Norte e Nordeste, e o resultado é que a empresa tem 325 mil estudantes em cursos a distância, o que a coloca como o maior oligopólio em números absolutos de estudantes na região. Os seus relatórios, porém, não demonstram estratégias específicas em relação a essas regiões, o que está relacionado ao modelo, principalmente desde a abertura de capital em 2019, de expansão via EaD com dimensão nacional, inclusive, vendendo ativos do ensino presencial (Vitru, 2020).

Com menor capilaridade nas regiões Norte e Nordeste, a Cruzeiro do Sul tem concentração de instituições em São Paulo, local de origem do grupo. Mesmo com apenas uma mantenedora na região – o Grupo Universitário de João Pessoa – a empresa “está presente em todos os Estados do Brasil, por meio dos seus mil polos de ensino a distância e 16 instituições presenciais, nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte-Nordeste, contando com 278 mil alunos e 6,8 mil colaboradores” (Cruzeiro do Sul, 2019). Em 2022, a empresa tinha 32 mil estudantes em cursos a distância e 10 mil em cursos presenciais, em estados do Norte e do Nordeste.

Realizando investimentos mais recentes nas regiões, a Ânima teve a sua primeira operação no Nordeste em 2020, quando comprou a AGES, a principal Instituição de Ensino Superior da região Norte do estado da Bahia. Assim como a Yduqs, a empresa tem uma estratégia clara de investimento em cursos de medicina e a justificativa para a compra dessa instituição tem a ver com o acesso ao mercado de vagas anuais para médicos e do forte potencial de mercado nessas regiões. Além disso, a empresa adquiriu os ativos da Laureate Brasil, em uma grande transação que aumentou o acesso do grupo ao mercado do Norte e do Nordeste do país. São 29 mil estudantes em cursos a distância e 63 mil em cursos presenciais da região.

A Afya é uma das mais recentes empresas entre os oligopólios educacionais, fruto da fusão entre a NRE Educacional e a Medcel, instituições voltadas para a formação de médicos. A NRE Educacional iniciou as suas atividades na região Norte, no estado do Tocantins, em 1999, com a criação da Faculdade ITPAC

Araguaína (TO). Apesar de sua origem na região Norte, a sua expansão não se concentra nessa região. Até 2019, ano de abertura de capital, o grupo estava presente nos estados do Tocantins, Piauí, Minas Gerais e Paraná. A partir disso, a sua expansão regional foi diversificada, mas concentrada nas regiões Norte e Nordeste, com aquisição de faculdades privadas de medicina dos estados da Bahia (2019), Rio de Janeiro (2019), São Paulo (2019), DF (2019), Pará (2019), Rondônia (2020), Maranhão (2020), Paraíba (2020), Acre (2020), Pernambuco (2021) e Alagoas (2022). Dentre as cinco regiões do país, as regiões Nordeste e Norte são a segunda e a terceira regiões com mais matrículas da Afya, respectivamente, totalizando 40.300 matrículas presenciais dentre as 60.910 totais.

A análise dos relatórios evidencia que as estratégias das empresas variam significativamente, refletindo não apenas as diferenças nas condições locais, mas também as particularidades de cada grupo em termos de objetivos de mercado e capacidade de investimento.

Considerações finais

A expansão do ensino superior no Brasil desde o final dos anos 1990 trouxe à tona questões centrais sobre a distribuição de recursos e vagas, especialmente em um cenário marcado por profundas desigualdades regionais. Com a entrada dos oligopólios financeiros no setor, observou-se uma mudança significativa na organização e na dinâmica da educação no país. Um ponto a se destacar é que, por concentrarem o mercado educacional, essas empresas passam a ter alta capacidade de modelar e definir os rumos da educação terciária. No campo das relações trabalhistas, estudos anteriores mostraram a tendência de enxugamento da mão de obra com ampliação da precarização das condições de trabalho (Vargas, Zuccarelli e Honorato, 2021). A entrada de novos profissionais na dinâmica ensino e aprendizado, como tutores, conteudistas, designers, CEOs, também foi mapeada como uma das recentes mudanças observadas (Scudeler, Pires, Tassoni, 2023). Na dimensão do perfil da oferta, se destaca o avanço da educação a distância como principal meio para garantir a expansão em um cenário de baixo financiamento estatal e de baixa capacidade de endividamento da população brasileira.

Nessa direção, o artigo mostrou que um dos aspectos mais relevantes da recente transformação do ensino superior foi a expansão da modalidade EaD com concentração de mercado em torno de sete oligopólios financeiros de ensino. Eles foram responsáveis pela quase totalidade (90,5%) da ampliação da oferta de matrículas na última década. Nas regiões Norte e Nordeste, esses grupos foram ainda mais determinantes, sendo responsáveis por praticamente todo o aumento das matrículas em estados como Acre, Amazonas, Alagoas, Piauí e Sergipe.

A retração do segmento sem fins lucrativos e do setor público na região Norte, em paralelo ao robusto crescimento dos oligopólios, fez com que essa região apresentasse o maior percentual de matrículas sob o controle desses grupos em 2022 (45,8%), seguida pelo Sul (44,4%) e pelo Nordeste (42,5%). Esses dados indicam uma tendência de desconcentração regional, com um crescimento significativo dos oligopólios em áreas historicamente menos atendidas pelo sistema de ensino superior.

Outro ponto relevante é que a expansão das matrículas pelos oligopólios financeiros se deu majoritariamente em cursos tecnológicos e de licenciatura, na modalidade a distância, com forte concentração nas áreas de Educação, Saúde e Bem-Estar.

A ampliação da oferta de educação a distância pelos oligopólios financeiros foi particularmente acelerada, crescendo, pelo menos, duas vezes mais rápido do que a modalidade presencial em todas as regiões do país. No entanto, a variação regional indica que as regiões Norte e Nordeste, que tiveram o maior aumento proporcional no número de matrículas, não foram necessariamente as que mais investiram em EaD, sugerindo que a desconcentração regional resultante da atuação dos oligopólios financeiros não se deu apenas pela modalidade a distância.

Dessa forma, para entender o perfil diferenciado da expansão, nos detivemos na análise dos relatórios trimestrais dos oligopólios identificados. Embora todos indiquem o investimento em EaD como estratégia de expansão, a análise revelou a complexidade e a diversidade de estratégias adotadas pelas empresas. A Ser Educacional, por exemplo, com raízes no Nordeste, utilizou a sua identidade regional para fortalecer a presença nas regiões Norte e Nordeste, investindo em aquisições de instituições locais e na expansão presencial para cidades do interior. Essa é também a companhia com maior participação absoluta em termos de estudantes em cursos

presenciais nessas regiões, o que explica a força do ensino presencial enquanto estratégia de crescimento empresarial deste oligopólio em particular.

A Yduqs e a Cogna, por sua vez, buscaram aumentar a sua capilaridade nessas regiões através, principalmente, de investimentos em EaD. A Vitru, com forte atuação na educação a distância, emergiu como o maior oligopólio em termos absolutos de estudantes na região, destacando-se pela capilaridade e pelo alcance de suas operações no Norte e no Nordeste. Já a Cruzeiro do Sul, com origem em São Paulo, mostrou-se uma presença mais modesta nessas regiões, enquanto a Afya e a Ânima, apesar de terem uma entrada mais recente no mercado, focaram em cursos de elite, como medicina, para expandir a sua base de alunos.

Apesar da heterogeneidade observada, vimos que a atuação dos oligopólios tem contribuído para uma tendência de desconcentração regional, especialmente nas regiões que tradicionalmente apresentam os menores índices educacionais. No entanto, embora haja uma expansão do acesso, isso não necessariamente implica uma melhoria qualitativa ou equitativa no acesso ao ensino superior. Pelo contrário, a centralização das matrículas nas mãos de poucos grupos empresariais pode apresentar riscos à diversificação do sistema educacional e à equidade e qualidade do ensino, especialmente porque a financeirização, com seu foco na maximização dos lucros e na valorização de ativos financeiros, pode não estar alinhada com os objetivos de inclusão e democratização do sistema.

Assim, pesquisas futuras poderão explorar se a expansão dos oligopólios efetivamente proporciona a redistribuição social de oportunidades, se agrava as disparidades educacionais existentes ou lhes dá novos contornos. Também é crucial investigar os limites da financeirização no setor educacional e o seu impacto sobre a sustentabilidade do sistema no longo prazo, além de identificar mecanismos regulatórios que possam mitigar os riscos associados à concentração excessiva de poder econômico nesse setor. Dessa forma, abre-se um caminho para um debate mais aprofundado sobre o papel das políticas públicas e das regulações no controle da expansão dos oligopólios e na garantia de um ensino superior que verdadeiramente promova a democratização do acesso.

Bibliografia

AFYA. *Release de Resultados*. 4T19 a 4T22. Disponível em: <https://ir.afya.com.br/financials/quarterly-earnings/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

ÂNIMA EDUCAÇÃO. *Release de Resultados*. 4T16 a 4T22. Disponível em: <https://ri.animaeducacao.com.br/listresultados.aspx?idCanal=PpIsKQGpxHMOqAu5XCUCKQ==>. Acesso em: 01 jul. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Relatório do 5º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2022*. Brasília, DF: Inep, 2024.

BRITO, Cristiane de Sousa; GUIMARÃES, André Rodrigues. A expansão da educação superior e a desigualdade regional brasileira: uma análise nos marcos dos planos nacionais de educação. *EccoS Revista Científica*, n. 44, p. 43-66, set./dez. 2017. Universidade Nove de Julho, São Paulo, Brasil.

CADASTRO e-MEC. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior*. 2024. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/emec>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CADE. Conselho Administrativo de Defesa Econômica. *Parecer Técnico nº 1/2017/CGAA2/SGA1/SG, sobre Ato de Concentração*. Brasília, 2016. Disponível em: https://sei.cade.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?DZ2uWeaYicbuRZEFhBt-n3BfPLlu9u7akQAh8mpB9yOolaKBVb645tB-LEF9YGM3VHTujcsV7slV0yXUIRcZLdOdr0Nqm2Y21xa-VaQ25h1vryLPZ7TEGbI2Y2Xd9h1x. Acesso em: 01 jun. 2024.

COGNA EDUCAÇÃO. *Release de Resultados*. 4T10 a 4T22. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/servico-aos-investidores/arquivos/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

CRUZEIRO DO SUL. *Demonstrações Financeiras*. 4T19 a 4T22. Disponível em: <https://ri.cruzeirodosuleducacional.com.br/informacoes-aos-investidores/central-de-resultados/>. Acesso em: 01 jul. 2024.

DINIZ, Clélio Campolina; VIEIRA, Danilo Jorge. Ensino Superior e Desigualdades Regionais: notas sobre a experiência recente do Brasil. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v. 36, n. 129, p. 99-115, jul./dez. 2015.

DOBBINS, Michael; KNILL, Christoph. *Higher education governance in France, Germany, and Italy: Change and variation in the impact of transnational soft governance*. Policy and Society, v. 36, n. 1, p. 67-88, mar. 2017.

FERREIRA, Suely; MORAES, Karine Nunes de; OLIVEIRA, João Ferreira de. PNE 2014-2024 e a redução das desigualdades regionais: entre a proposição e a realidade. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 10, n. 1, p. 379-396, jan./abr. 2021. ISSN 2238-8346.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1964.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo da Educação Superior: microdados*. Brasília, DF: INEP, 2012-2022.

LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise L. *Brasil anos 2000*. A política social sob regência da financeirização. São Paulo: Novos estudos Cebrap, v. 37, n. 2, p. 191-212, mai.-ago., 2018.

LAVINAS, Lena; MARTINS, Norberto Montani; GONÇALVES, Guilherme Leite; WA EYENBERGE, Elisa Van (Orgs.). *Financeirização: crise, estagnação e desigualdade*. São Paulo: Contracorrente, 2024.

MARTINS, Norberto Montani. Teorias da financeirização: instituições, crescimento e crise. In: LAVINAS, Lena; MARTINS, Norberto Montani; GONÇALVES, Guilherme Leite; WA EYENBERGE, Elisa Van (Orgs.). *Financeirização: crise, estagnação e desigualdade*. São Paulo: Contracorrente, 2024.

SER EDUCACIONAL. *Release de Resultados*. 4T10 a 4T22. Disponível em: <https://ri.sereducacional.com/informacoes-financeiras/resultados/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

SCUDELER, Marcelo Augusto. *O FIES e as estratégias dos grupos empresariais da educação superior frente à redução dos contratos de financiamento público*. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

SCUDELER, Marcelo Augusto; PIRES, André; TASSONI, Elvira Cristina Martins. Reitor, espécie em extinção? *Revista Trabalho, Política e Sociedade*, v. 8, n. 13, 2023.

SINGER, P. Para além do neoliberalismo: a saga do capitalismo contemporâneo. *São Paulo em Perspectiva*, 12(2), 1998.

VARGAS, H. M., ZUCCARELLI, C., & HONORATO, G. de S. Século XXI e desigualdades nas condições de trabalho docente na educação superior. *Revista Diálogo Educacional*, 21(69), 2021.

VIEIRA, André de Holanda; ZUCCARELLI, Carolina; HONORATO, Gabriela. Desenvolvimento e desigualdades regionais: uma análise a partir da população com educação superior completa. *Desenvolvimento em Debate*, v. 10, n. 3, p. 98-119, set./dez. 2022.

VITRU EDUCAÇÃO. *Demonstrações financeiras*: 2019 a 2022. Disponível em: <https://investors.vitru.com.br/pt-br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>. Acesso em: 05 mai. 2024.

YDUQS. *Release de Resultados*. 4T10 a 4T22. Disponível em: <https://www.yduqs.com.br/listresultados.aspx?idCanal=QueRek9lx6lY8glbPTs6XA==&linguagem=pt>. Acesso em: 01 jul. 2024.

ZUCCARELLI, Carolina; VIEIRA, André; MENDONÇA, Lara. Concentração de mercado e o perfil da oferta de educação superior. *ETD - Educação Temática Digital*, Campinas, SP, v. 27, n. 00, p. e025003, 2025.

Recebido em: Junho de 2024
Aceito em: Novembro de 2024

COMO REFERENCIAR

ZUCCARELLI, Carolina; VIEIRA, André de Holanda Padilha OLIVEIRA; Carvalho Ana Priscila. Desconcentração regional e a expansão dos oligopólios financeiros na educação superior. *Latitude*, Maceió, v. 18, n. 2, p. jul.-dez., 2024.